

## Raça e Etnia: discursos de pesquisadores das Ciências Sociais Aplicadas

*Race and Ethnicity: discourses of researchers in Applied Social Sciences*

Karina Francine Marcelino<sup>1</sup>  e Mário César Barreto Moraes<sup>2</sup> 

<sup>1</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Doutora em Administração - UDESC, email: karinamarcelinoo@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Doutor em Engenharia de Produção - UFSC, professor da ESAG/UDESC, e-mail: mario.moraes@udesc.br

### RESUMO

As concepções de raça e etnia são, por vezes, confundidas ou até mesmo tratadas como sinônimos. Esses questionamentos são pertinentes, pois tais conceitos têm sido alvo de debates por pesquisadores de diferentes áreas há décadas. Contudo, pouca atenção tem sido dada aos discursos em torno dessas concepções, especialmente aos oriundos de pesquisadores do campo das Ciências Sociais Aplicadas. Para explorar tal lacuna, o presente artigo busca compreender a concepção de raça e etnia a partir dos discursos de pesquisadores do campo das Ciências Sociais Aplicadas. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com pesquisadores (docentes e discentes) da área das Ciências Sociais Aplicadas, vinculados a Universidades Públicas do Estado de Santa Catarina. Os resultados indicaram que, quanto à concepção de raça, os pesquisadores a compreendem a partir de características fenotípicas, confusão conceitual e construção social. Quanto à concepção de etnia, os pesquisadores a compreendem a partir da confusão conceitual, bem como da identidade e de valores históricos e culturais. Como principal contribuição, este artigo apresenta à literatura os discursos dos pesquisadores da área das Ciências Sociais Aplicadas, os quais evidenciam que, embora haja um aumento nas publicações de estudos sobre essa temática, assim como nas discussões no âmbito social, ainda há um desconhecimento por parte de muitos sujeitos sobre os conceitos de raça e etnia. Esse desconhecimento atravessa as práticas sociais e de trabalho e impacta diretamente no combate ao racismo e às suas múltiplas formas.

Palavras-chave: Raça. Etnia. Ciências Sociais Aplicadas.

### ABSTRACT

The concepts of race and ethnicity are sometimes confused or even treated as synonyms. These questions are relevant, as such concepts have been the subject of debate among researchers from various fields for decades. However, little attention has been given to the discourses surrounding these conceptions, especially those originating from researchers in the field of Applied Social Sciences. To address this gap, the present article seeks to understand the conception of race and ethnicity based on the discourses of researchers in the field of Applied Social Sciences. To this end, a study was conducted with researchers (both faculty and graduate students) from the area of Applied Social Sciences, affiliated with public universities in the state of Santa Catarina, Brazil. The results indicated that, regarding the conception of race, researchers understand it through phenotypic characteristics, conceptual confusion, and social construction. Regarding the conception of ethnicity, researchers understand it through conceptual confusion, as well as identity and historical and cultural values. As its main contribution, this article presents to the literature the discourses of researchers in the field of Applied Social Sciences, which show that, although there has been an increase in publications and social discussions on this topic, there is still a lack of understanding among many individuals about the concepts of race and ethnicity. This lack of understanding permeates social and work practices and directly impacts efforts to combat racism and its multiple forms.

Keywords: Race. Ethnicity. Applied Social Sciences.

## 1 INTRODUÇÃO

A concepção de raça tem sido alvo de debates por pesquisadores de diferentes áreas há décadas. Como explica Munanga (2004), raça tem origem no italiano “razza”, que, por sua vez, deriva do latim *ratio*, que significa categoria e espécie. Segundo o autor, o termo foi utilizado inicialmente no contexto das ciências naturais, como a Zoologia e a Botânica, para classificar espécies de animais e vegetais e, com o passar do tempo, “passou a ser utilizado no sentido de justificar as diferenças fenotípicas entre seres humanos e marcar relações de dominação político-cultural de um grupo sobre outro” (Marques, 2010, p. 73). Outro conceito utilizado nos estudos sobre as relações raciais é o de etnia. Segundo Marques (2010), o termo é derivado do grego *ethnikos*, adjetivo de *ethos*, e se refere a povo, nação. Com base no pensamento de Cashmore (2000), etnia diz respeito a um grupo que possui algum grau de coerência, solidariedade, origens e interesses comuns, manifestando-se na defesa cultural diante das adversidades econômicas e da dominação política.

As pesquisas sobre raça e etnia mostram que a raça organiza e define as relações sociais, políticas, econômicas, jurídicas e culturais no Brasil (Euzébio, 2022; Terra; Souza, 2023; Araújo; Melo; Vargas, 2024). Sabe-se, ainda, que as diferenças genéticas entre grupos humanos são insignificantes para categorizá-los em "raças" e que, atualmente, o termo "raça" é utilizado como um conceito social e político, uma construção sociológica que reflete as desigualdades e relações de poder na sociedade, e não uma realidade biológica (Munanga, 2004). Quanto à etnia, estudos demonstram que se trata de um conceito socioantropológico aceito para caracterizar grupos humanos por seus aspectos socioculturais, históricos, linguísticos e territoriais compartilhados (Munanga, 2004). Por serem concepções distintas – raça e etnia –, porém inter-relacionadas, frequentemente são alvos de confusões conceituais (Santos et al., 2010; Euzébio, 2022).

Contudo, pouca atenção tem sido dada aos discursos em torno dessas concepções, especialmente aos oriundos de pesquisadores do campo das Ciências Sociais Aplicadas. Entender essa problemática é fundamental, pois observa-se “uma miríade de aspectos sobre as conexões entre relações raciais, racismo e mundos do trabalho” (Terra; Souza, 2023, p. 6). Compreender esses discursos auxiliará na compreensão da manutenção de teorias hegemônicas que se refletem em todas as relações presentes em uma estrutura social, incluindo as relações de trabalho.

Desse modo, questiona-se: como a concepção de raça e etnia é compreendida por pesquisadores do campo das Ciências Sociais Aplicadas? A partir da problemática apresentada, este estudo tem

como objetivo compreender a concepção de raça e etnia a partir dos discursos de pesquisadores do campo das Ciências Sociais Aplicadas.

Para responder a esse objetivo, foi realizada uma pesquisa com pesquisadores (docentes e discentes) da área das Ciências Sociais Aplicadas, vinculados a universidades públicas do estado de Santa Catarina. As universidades caracterizam-se como um espaço com a presença de múltiplas e diversas opiniões e atitudes que refletem “a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (Chauí, 2003, p. 5). Santa Catarina apresenta-se como o 2º estado brasileiro com a maior proporção de pessoas que se autodeclaram brancas no país (76,3%) (IBGE, 2022), e a população negra no estado representa um percentual de 23,3% (IBGE, 2022). Além disso, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), Santa Catarina é o estado com a maior taxa de registros de injúria racial do país. Outro aspecto é que Santa Catarina é um dos estados com a maior concentração de células de extrema-direita e neonazistas ativas do Brasil (Dias, 2007; 2018; Veiga, 2020). A área das Ciências Sociais Aplicadas engloba áreas como a Administração, responsável por gerir organizações, ou seja, relações de trabalho. Estudos indicam, ainda, que as práticas de gestão nas organizações brasileiras são racializadas; que há uma perpetuação da desigualdade racial no Brasil por meio de práticas organizacionais e estruturas sociais; que a exploração dos diversos marcadores sociais impulsiona o sistema econômico vigente; e que o racismo estrutural e institucional se faz presente no contexto organizacional (Araújo; Faria; Santos; Srinivas, 2023). Todos esses aspectos servem como um contexto promissor para compreender o racismo estrutural e institucional.

Para o desenvolvimento deste estudo, apresentam-se, inicialmente, os aportes basilares sobre raça e etnia. Posteriormente, são apresentados os procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, apresentam-se as compreensões das concepções de raça e etnia a partir dos discursos de pesquisadores do campo das Ciências Sociais Aplicadas. E, por fim, as considerações finais.

## **2 APORTE BASILARES SOBRE RAÇA E ETNIA**

Conforme Jesus (2018), ao tratar da espécie humana, o conceito de raça foi utilizado de maneira equivocada pela Ciência, com um sentido de hierarquização, ou seja, pautado na ideia de que existiam raças inferiores e superiores. Para Nunes (2010, p. 34), “de fato, não é possível delimitar grupos humanos marcados por diferenças biológicas a ponto de configurar raças.

Entretanto, tal concepção secular de hierarquização humana continua presente nas relações sociais". A percepção racial se constitui como demarcador de lugares e espaços, uma vez que ser pertencente à raça negra condiciona o ser humano a inúmeras formas de desapropriação de oportunidades e o prende a um imaginário que ainda insiste em desconsiderar o negro como sujeito de direitos (Euclides, 2017; Euzébio, 2022; Araújo; Melo; Vargas, 2024).

Guimarães (2003) aponta que o termo raça não foi extinto totalmente do discurso científico e que há quem defenda a ideia de subespécies humanas, associando-as a valores morais, psíquicos e intelectuais. O ser humano foi classificado em quatro raças a partir do seu comportamento, cor da pele, características físicas e tipo de roupa:

- 1) Americano: o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado;
- 2) Asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas;
- 3) Africano: negro, fleumático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados;
- 4) Europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas; (Munanga, 2004a, p. 26)

No entanto, toda forma de classificação e identificação do homem é uma forma sutil de desumanizá-lo, pois todo ser humano possui um caráter dinâmico, indefinível e indecifrável (Ramos, 1955; Barbosa, 2006; Euzébio, 2022). Segundo Pena (2008, p. 19) “é fácil distinguir fenotipicamente um europeu de um africano ou de um asiático, mas tal facilidade desaparece completamente quando procuramos evidências dessas diferenças ‘raciais’ nos respectivos genomas”. Segundo o autor, as diferenças notadas pela cor da pele, cor dos olhos, tipo de cabelo, formato do nariz, lábios e traços do rosto são definidas por uma parcela pequena de genes. Para Munanga (2012, p. 28), “com base nessa imagem, tenta-se mostrar todos os males do negro por um caminho: a Ciência. O fato de ser branco foi assumido como uma condição humana normativa, e o de ser negro necessitava de uma explicação científica”. Além disso, a maior parte da variabilidade do DNA (Ácido Desoxirribonucleico) humano é compartilhada por todos os seres humanos, independentes de ascendência ou aparência física, uma vez que apenas 7% dessa variação ocorre com populações residentes no mesmo continente (Pena, 2008). Dessa forma, ressalta-se as palavras de Horkheimer e Adorno (1986, p.158):

A raça não é imediatamente, como querem os racistas, uma característica natural particular. Ela é, antes, a redução ao natural, à pura violência, a particularidade obstinada que, no existente, é justamente o universal. A raça, hoje, é a auto-affirmação do indivíduo burguês integrado à coletividade bárbara.

A construção da noção de raça está associada às práticas colonialistas europeias ao final do século XIX, ou seja, o ser humano poderia ser dividido em raças superiores e inferiores, o qual por motivos econômicos e políticos justificaria as práticas da escravização, exploração e dominação (Mendes, 2012; Barbosa, 2021). Para Chaves (2003) e Ianni (1987), o processo de evolução social implicaria na luta pela supremacia entre os povos ou entre as pessoas, persistindo de forma natural a superioridade do mais forte e a subordinação do mais fraco.

De acordo com Mbembe (2014, p. 19), o negro pode ser definido a partir de:

[...] uma série de experiências históricas desoladoras, a realidade de uma vida vazia; o assombramento, para milhões de pessoas apanhadas nas redes da dominação de raça, de verem funcionar os seus corpos e pensamentos a partir de fora, e de terem sido transformadas em espectadores de qualquer coisa que era e não era a sua própria vida.

No Brasil, transformar o africano em escravizado, definiu automaticamente o negro como raça. Esse processo, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, padrões de interação com o branco e o paralelismo entre a cor da pele e uma posição social inferior (Souza, 1983; Queiroz, 2001; Euzébio, 2022). Para Souza (1983, p. 20), a raça “sempre foi definida no Brasil em termos de atributo compartilhado por um determinado grupo social, tendo em comum uma mesma graduação social, um mesmo contingente de prestígio e mesma bagagem de valores culturais”, ou seja, pode ser compreendida como uma noção ideológica (Mendonça, 2017). A existência do negro como raça não é algo objetivo, mas sim, uma identidade construída socialmente pelos europeus, no caso, o branco (Ramos, 1954; Fanon, 2008).

Por muito tempo as teorias científicas sobre raça defendiam que ser branco era normal, era bom e humano, enquanto ser negro não se encaixava nessa descrição. Ser negro era semelhante a animais selvagens (Munanga, 2012). O esforço para eliminar o termo raça possivelmente está ligado à toda a carga negativa que esse conceito por muito tempo carregou e ainda carrega, pois:

[...] em nome das chamadas raças, inúmeras atrocidades foram cometidas nesta humanidade: genocídios de milhões de índios nas Américas, eliminação sistemática de milhões de judeus e ciganos durante a segunda guerra mundial. Como se não bastasse o antisemitismo, a persistência dos mecanismos de discriminação racial na África do Sul durante o Apartheid, nos Estados Unidos, na Europa e em todos os países da América do Sul encabeçados pelo Brasil e em outros cantos do mundo demonstra claramente que o racismo é um fato que confere à raça sua realidade político e social (Munanga, 2012, p 15).

Observa-se ainda que, na biologia o termo raça foi substituído por populações, pois “apesar de próxima de raça, seria extremamente útil em alguns estudos biológicos e, ao mesmo tempo, evitaria as implicações psicológicas, morais e intelectuais do antigo termo” (Guimarães, 2003, p.96). De todo modo, o termo raça se torna um importante núcleo de sentidos e significados

determinados pela estrutura e pelas relações de poder e dominação que atravessam a sociedade. Seu uso se justifica, por sua realidade social e política e por seu caráter enquanto construção sociológica e operador político (Seyferth, 1996; Munanga, 2004; Gilroy, 2007; Barbosa, 2021; Euzébio, 2022).

Diante disso, compartilhando de Nunes (2010), a concepção de raça não será utilizada nesta tese como categoria divisória entre grupos humanos marcada pela hereditariedade e semelhança física (raça como dado biológico), mas como algo que mesmo sem respaldo pela ciência, sobrevive nas relações cotidianas concretas e orienta a realidade (raça social). Por isso, mesmo ciente da inexistência de raças humanas tal qual se acreditava no passado, entende-se que ao juntar raça com etnia e ressignificando sua concepção torna-se possível compreendermos o que diz respeito as relações étnico-raciais. Nesse sentido, segundo Oliveira (2003, p. 51):

A diferenciação entre raça e etnia só se justifica como meio de facilitar a abordagem metodológica. Por esse prisma, utiliza-se raça para identificar as características biológicas que diferenciam os grupos humanos (cor da pele e estatura, tipo de cabelo e outras), ao passo que etnia se refere aos fatores de ordem cultural e religiosa que permitem visualizar a existência de um povo e, por vezes, de uma nação. Nesse sentido, raça é uma caracterização de indivíduos segundo um traço físico (branco, negro, amarelo, pardo etc.), enquanto etnia é uma identificação de grupos humanos e não uma caracterização do indivíduo.

Dessa forma, observa-se que a raça é uma categoria analítica indispensável na compreensão da discriminação racial (Guimarães, 2002; Euzébio, 2022). De todo modo, segundo Guimarães (2002, p. 50-51) a concepção de raça não será mais necessária:

(...) primeiro, quando já não houver identidades raciais, ou seja, quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta ou indiretamente derivados da ideia de raça; segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; terceiro, quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis em termos tecnológicos, sociais e políticos, para a afirmação social dos grupos oprimidos.

Sabendo desses argumentos, Guimarães (2002) afirma que a concepção de raça só existe no mundo social, portanto, apenas no mundo social pode ter realidade plena.

Outro conceito utilizado nos estudos sobre as relações raciais é o de etnia. Segundo Marques (2010), o termo é derivado do grego “*ethnikos*”, adjetivo de “*ethos*”, e se refere a povo, nação. Com base no pensamento de Cashmore (2000), etnia diz respeito a um grupo que possui algum grau de coerência, solidariedade, origens e interesses comuns, manifestando-se na defesa cultural diante das adversidades econômicas e a dominação política. Os grupos étnicos são definidos pelas fronteiras culturais estabelecidas entre eles, ou seja, suas identidades estão configuradas a partir desses valores culturais e dos valores culturais do outro grupo externo (Barth, 2000). Os grupos

étnicos “consideram ter um ancestral comum e compartilham da mesma língua, da mesma religião, da mesma cultura, das tradições e visão de mundo, do mesmo território ou das mesmas condições históricas” (Brasil, 2011, p. 12).

Nesse sentido, Barth (2000) mostra que não há nada material em um grupo étnico, isto é, não existe uma essência que defina uma etnia ou uma cultura, uma vez que a construção de valores culturais e de identidades ocorre justamente no encontro e nas fronteiras de grupos diferentes. Fazer parte de um grupo étnico não diz respeito apenas a características fenotípicas, mas também a dimensão sociocultural, instituições e experiências semelhantes que ligam indivíduos, povos e sociedades no mesmo grupo (Silva; Soares, 2011; Euzébio, 2022). Weber (1994, p.270) definiu grupos étnicos como:

[...] aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva.

Portanto, para Weber (1994) o grupo étnico é uma construção social cuja identidade étnica constrói-se a partir da diferença. Corroborando a isso, Nogueira, Felipe e Teruya (2008), afirmam que o termo etnia demarca que um indivíduo pode ter as mesmas características fenotípicas que outro, porém com traços culturais e sociais diferentes, caracterizando-o assim a partir de grupo étnico diferente.

Segundo Gomes (1997, p. 50), o termo etnia refere-se “aos ditos povos diferentes: judeus, índios, negros, entre outros. A intenção era enfatizar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais, mas sim, por processos históricos e culturais”. Em complemento, Cashmore (2000) afirma que o grupo étnico é um fenômeno cultural, independentemente de estar baseado em uma percepção comum e em uma experiência de circunstâncias materiais desfavoráveis. Portanto, no âmbito cultural, a etnia é definida a partir de “afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas. Essas comunidades geralmente reclamam para si uma estrutura social, política e um território” (Santos et al., 2010, p. 124).

Diante do exposto, observa-se que o termo raça diz respeito aos atributos de certo grupo e etnia se refere a identidade e valores históricos e culturais. A partir disso, tem-se a expressão “relações étnico-raciais” que passou a ser utilizado no Brasil e merece destaque. Seu sentido determina que as relações raciais estabelecidas, vão além das características fenotípicas (cabelos,

olhos, lábios, cor da pele etc), mas correspondem também à raiz cultural baseada na história afro-brasileira que difere em visão de mundo, valores e princípios da origem europeia.

Nesse sentido, compartilhando de Marques (2010), raça e etnia são concepções que se fundem no contexto social brasileiro, visto que ambos são carregados de significações e podem determinar o pensamento, a atitude e forma de ser e pensar o mundo, bem como, as nuances que o cercam. Além disso, “para adentrar as formas de erradicação de uma desigualdade social com bases raciais, é preciso entender como o ser negro foi inventado para significar exclusão e degradação, entre outros aspectos negativos” (Ferreira, 2017, p. 19).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo teórico-empírico, adotou-se uma estratégia de pesquisa qualitativa, a qual será utilizada para ampliar o entendimento de fenômenos sociais de natureza histórico-estrutural dialética, ou seja, que é explicado em um processo dialético indutivo-dedutivo (Triviños, 1987). A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas, junto a pesquisadores da área de Ciências Sociais Aplicadas, vinculados a Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* das Universidades Públicas do Estado de Santa Catarina, a saber: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Os entrevistados foram convidados individualmente por meio de convite eletrônico. Após concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>1</sup>, as entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade dos participantes. Aquelas que não puderam ser realizadas presencialmente foram conduzidas por meio de webconferência (Microsoft Teams® ou Google Meet®). As entrevistas foram conduzidas entre abril de 2023 e julho de 2023, envolvendo um total de 22 participantes. Os entrevistados se autodeclararam como brancos, pretos ou pardos. O interesse em coletar a autodeclaração foi para garantir a presença de opiniões de pessoas pertencentes a diferentes grupos raciais. Ressalta-se que na pesquisa qualitativa, a validade está relacionada à experiência, sendo mais relevante para o contexto do estudo do que a quantidade de participantes (Rey, 2005).

---

<sup>1</sup> A referida pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CEP) da universidade a qual à pesquisa estava vinculada, na Plataforma Brasil sob o nº 61196222.6.0000.0118.

Baseados na literatura, definiu-se temáticas para as entrevistas orientadas a compreender a concepção de raça e etnia a partir das percepções desses sujeitos e elaborada com base na problemática do presente estudo e na literatura subjacente, conforme apresentadas na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**. Essas temáticas auxiliaram na manutenção do foco durante a condução da entrevista.

Tabela 1: Temáticas para as entrevistas

Temáticas para as entrevistas
• Autodeclaração racial
• Entendimento sobre raça
• Entendimento sobre etnia

Fonte: elaborada pelos autores com base no referencial teórico (2024).

Considerando que este é um estudo de caso qualitativo, foi considerado viável e essencial o emprego das seguintes técnicas para análise dos dados: a análise de conteúdo (Bardin, 2016; Gibbs, 2009; Flick, 2009a; Flick, 2009b; Flick, 2009c), a análise descritiva (Gil, 1995; Rudio, 2010; Köche, 2015), em conjunto com a análise interpretativa (Triviños, 1987).

O objetivo da análise de conteúdo foi examinar os dados das entrevistas por meio de codificação e categorização. Paralelamente, a análise descritiva foi utilizada para descrever as características dos fenômenos específicos – racismo estrutural e institucional. Esta abordagem visa, entre outros objetivos, capturar as opiniões, atitudes e crenças da população (Gil, 1995; Gibbs, 2009). Os princípios da análise descritiva foram essenciais durante a interpretação dos dados. Para enriquecer a análise, adotou-se a abordagem interpretativa proposta por Triviños (1987), a qual considera três aspectos fundamentais: a) resultados do estudo, b) embasamento teórico e c) experiência pessoal dos pesquisadores.

Ressalta-se que todos os entrevistados receberam pseudônimos - escolhidos com base em nomes de origem africana, sem qualquer associação com gênero - para garantir o anonimato e a confidencialidade das informações.

Utilizou-se o software Atlas.ti® durante o processo de codificação, categorização, revisão das notas e avaliação da qualidade da pesquisa. O software contribuiu para agrupar os códigos, categorizar os dados e organizar os aspectos identificados nos resultados. As transcrições das entrevistas foram importadas para o programa a fim de realizar uma análise dialética indutivo-dedutiva com base nos aspectos teóricos identificados na literatura.

Como resultado final dessa análise, obteve-se categorias e subcategorias que representam os aspectos para compreender a concepção de raça e etnia sob a perspectiva dos acadêmicos e

profissionais do campo das Ciências Sociais Aplicadas, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Modelo de Análise das Concepções Teóricas

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Raça	<ul style="list-style-type: none"><li>• Características fenotípicas</li><li>• Confusão conceitual</li><li>• Construção social</li></ul>
Etnia	<ul style="list-style-type: none"><li>• Confusão conceitual</li><li>• Identidade e valores históricos e culturais</li></ul>
Relações étnico-raciais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Relacionamento entre diferentes pessoas</li><li>• Confusão conceitual</li><li>• Conhecimento histórico-social</li></ul>

Fonte: elaborada pela autora (2024).

Observa-se que a categoria relações étnico-raciais surgiu no decorrer das análises com base nos discursos dos sujeitos entrevistados. Entendendo as relações raciais como fenômenos sociais de natureza histórico-estrutural dialética, ou seja, que é explicado em um processo dialético indutivo-dedutivo, optou-se por incluir essa categoria e suas respectivas subcategorias nas análises e discussões.

Assim, este estudo se desdobrou em quatro etapas distintas: a primeira consistiu no desenvolvimento dos protocolos para a coleta e análise de dados; a segunda envolveu a definição dos critérios de seleção dos participantes, a realização das entrevistas, a transcrição e a organização dos dados; a terceira fase compreendeu o processo de codificação, categorização, revisão das notas e avaliação da qualidade da pesquisa; por fim, a última etapa incluiu a comparação e interpretação dos dados analisados com o referencial teórico, culminando na conclusão do estudo.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Resgatando o objetivo deste estudo - *compreender a concepção de raça e etnia a partir dos discursos de pesquisadores do campo das Ciências Sociais Aplicadas* - e as respectivas categorias e subcategorias de análise apresenta-se a seguir os resultados e a discussão teórico-empírica.

Para se compreender o negro no contexto brasileiro devem ser elucidadas concepções importantes como: raça, etnia e relações étnico-raciais. Quanto a categoria raça, observa-se que os sujeitos a percebem como: (1) características fenotípicas; (2) confusão conceitual; e (3) construção social. Alguns sujeitos relacionam a concepção de raça a características fenotípicas tais como: cor

da pele, cabelo, olhos, nariz, boca. Outros sujeitos afirmam que a raça é uma construção social na qual aspectos fenotípicos caracterizam a pessoa dentro de determinada identidade racial.

Faizah afirmou que “*raça também é um construto social, ou seja, de que alguma maneira esses elementos que são genéticos e que se apresentam na característica visual dessas pessoas existe alguma separação também do ponto de vista de identidade*”.

Por sua vez, alguns sujeitos por meio de uma confusão conceitual relacionaram a concepção de raça a algo genético ou da biologia, como sinônimo de etnia, como algo inexistente ou até mesmo algo comparável às raças de animais.

Para Bayo “*não existe raça branca, raça negra. O que existe é a raça humana. Então, raça, para mim, é isso. É o fato de ser humano. Essa é a minha raça. Eu entendo dessa forma*”.

Já Kayla disse que “*assim, se eu tô falando de, né, os seres humanos ou animais, cada um tem sua raça, ou seja, uma origem preponderante de um determinado... De uma determinada origem, né? Tipo assim, eu tenho uma determinada origem e aí a gente acaba fazendo grupos, né? E aí tem grupos raciais*”.

Enquanto Hawa afirmou que “*a raça seria tipo a raça do cachorro, a raça do cavalo, a raça de animal, no meu ver*”.

De acordo com a teoria, a concepção de raça só existe no mundo social. Trata-se de um demarcador de lugar e espaço a partir de características fenotípicas. Raça é um conceito indispensável na compreensão da discriminação racial. Raça quando relacionada apenas à animais reforça o desconhecimento dessa concepção no âmbito social bem como traz à tona aspectos do período escravagista que desumanizava o negro a partir de comparações a animais, tais como: selvagens, violentos etc. De acordo com Schucman (2023), como construção social, a raça produz sentidos no cotidiano das pessoas e mantém profundas desigualdades materiais e simbólicas na sociedade brasileira.

A partir das entrevistas, observa-se a dificuldade dos sujeitos brancos se julgarem como racializados.

Conforme Obá: “*como nós, brancos, a gente naturaliza a questão racial, é como se a raça fosse só dos outros. A raça branca, a partir dessa perspectiva, é como se ela dominasse as outras perspectivas. Então, nesse sentido, ela se invisibiliza enquanto raça, como se a raça fossem os outros*”.

Essa dificuldade está no fato de não reconhecerem os seus próprios privilégios e vantagens bem como as opressões e dominações geradas por sua categoria racial. Surge dessa dificuldade a

falta de percepção do racismo internalizado. Como se o racismo estivesse presente no outro, apenas (“Nós não somos racistas. Racistas são os outros!”). Além disso, sujeitos brancos possuem diferentes consciências e percepções de si mesmas – branquitude crítica e acrítica (Cardoso, 2010) Corroborando com Schucman (2012), os sujeitos brancos precisam adquirir uma crítica à branquitude a fim de se reconhecerem socialmente como sujeitos racializados. Tal qual o sistema de opressão e dominação contra os negros e o lugar simbólico e concreto de privilégio construído socialmente para o branco (Bento, 2022).

Além disso, a concepção de raça perpassa o significado do critério cor/raça adotada pelo IBGE em pesquisas censitárias. O IBGE pesquisa a cor ou raça da população brasileira com base na autodeclaração. A variável cor ou raça nos censos brasileiros teve uma evolução histórica, conforme estudo de Paixão e Carvano (2008), tendo em vista que trata-se de uma categoria definida socialmente.

As categorias utilizadas atualmente são: amarelo, branco, indígena, pardo e preto. Amarelo é a pessoas que se declara de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana. Indígena é a pessoa que se declara indígena, seja as que vivem em aldeias como as que vivem fora delas, inclusive em áreas quilombolas e em cidades. Branco é quem se declara branco e possui características físicas historicamente associadas às populações europeias. Pardo se refere a quem se declara pardo e possui miscigenação de raças com predomínio de traços negros. Preto é a pessoa que se declara preta e possui características fenotípicas que indicam ascendência predominantemente africana. Não se trata de uma classificação biológica ou física com base no genótipo.

As categorias utilizadas pelo IBGE têm apenas a função de classificar os grupos populacionais das diferentes origens étnico raciais, ou seja, os brasileiros e brasileiras descendentes de europeus, de orientais, de africanos, de indígenas ou da miscigenação (mistura) de dois destes grupos.

Para Qwara, “*dividir demais para explicar cor e raça é fragilizar o que se quer, uma igualdade entre as pessoas, independente da sua cor, do seu poder econômico ou da sua inteligência*”.

Porém, é importante ressaltar que nenhuma dessas categorizações são utilizadas com sentido pejorativo ou com intenção de discriminar qualquer um dos grupos étnico raciais. É fundamental termos a clara definição do critério cor/raça a fim de evidenciar as desigualdades

raciais e sociais existentes assim como auxiliar na elaboração de políticas públicas voltadas para a verdadeira justiça social, igualdade real e material.

Cabe mencionar também a dificuldade em que as pessoas negras têm em se identificar-se ou autodeclarar-se como negro, especialmente os sujeitos identificados socialmente como pardos. Muitos levam anos para reconhecerem sua negritude, justamente em virtude da política de branqueamento que durante toda uma vida inferiorizou, negou e silenciou traços negroides. Ou seja, as pessoas frutos de um processo de miscigenação possuem dificuldade em se reconhecerem como negros e também como branco. De um lado, o processo de embranquecimento fomentou a negação da identidade negra e por outro lado esse mesmo processo não os elevou ao mesmo patamar dos brancos (Silva, 2017; Devulsky, 2021; Djok, 2015). É um limbo de classificação racial. O preconceito no Brasil é de marca, pois:

“o limiar entre o tipo que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função dos característicos de quem observa como dos de quem está sendo julgado, bem como, ainda, em função da atitude (relações de amizade, deferência etc.) [...] Assim, a concepção de branco e não-branco varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região.” (Nogueira, 2007, p. 293-294)

Ou seja, conforme Nogueira (2007) a concepção de negro no Brasil leva em consideração também a região em que o sujeito está inserido. Ser negro em Santa Catarina difere do que é ser negro na Bahia.

E isso foi algo relatado por Shomari: “*a primeira pergunta institucional que eu tive do programa e de pessoas é, mas você não é negra, mas sua pele é muito clara, né, e isso mostra uma ignorância, mas uma tentativa de dizer o que você é [...] eu sempre me declarei parda, sempre, e aí chegaram pessoas que diziam assim, mas eu não te vejo como parda, se eu tivesse, eu ia dizer que tu era branca, então é uma forma de anular, sabe, de anular, e aí você fica naquela, cara, não, eu sempre me posicionei, mas tu se questiona, ou tu vai questionar se tu é ou não aquele, porque as pessoas estão dizendo aquilo, e aí eu fiquei, né, vendo movimentos e tem várias discussões sobre isso, né, e ficava foda-se, eu ficava olhando pra mim assim, não, não tem como eu ser branca*”.

Além disso, faz-se de suma importância resgatar esses aspectos histórico-sociais, debater sobre raça, etnia, características fenotípicas, enfim, trazer à tona esses conhecimentos para que as pessoas mestiças com fenótipo ambíguo possam declarar-se de forma mais efetiva e para que esses critérios de cor/raça sejam verdadeiramente compreendidos.

Yahya afirma que “*Eu não gosto muito de me chamar de preto. Eu sou preto. Porque eu acho que o negro é a palavra mais bonita, sabe? Mais nesse sentido assim, sabe? A palavra preta*

*foi ressignificada recentemente. E a palavra negra já foi há muito tempo atrás. Na minha concepção, eu consigo englobar mais o negro". Esse entendimento já foi amplamente discutido junto aos movimentos negros".*

Tanto o termo negro, preto e pardo já foram ressignificados e servem como fonte de informações e dados sobre a população negra no Brasil.

Quanto a categoria etnia, observa-se que os sujeitos a percebem como: (1) confusão conceitual; e (2) identidade e valores históricos e culturais. Alguns sujeitos associam etnia e raça, como sinônimos.

Hawa afirma que “*a etnia seria como a pessoa se vê perante a sociedade no grupo, na questão da cor da pele dela*”.

Há também, aqueles sujeitos que relacionam etnia a um conjunto de identidade e valores históricos e culturais. Mencionam aspectos de origem geográfica, hábitos e linguagens.

Diara afirma que “*etnia, para mim... Ái, sim, está mais ligado ainda à questão cultural do que à questão da cor*”.

Enquanto Obá ressalta que “*eu acho que está mais vinculado às questões de linguagem, cultura, vinculado ao etos, que tem a ver com essas questões que transcendem, como linguagem e cultura, basicamente. Hábitos transcendem as questões raciais*”. Já outros sujeitos possuem dificuldade em definir esse conceito.

Conforme o referencial teórico a etnia refere-se ao grupo que possui algum grau de coerência, solidariedade, origens e interesses comuns. A percepção dos sujeitos em relacionar a identidades e valores históricos culturais está de acordo com a teoria. A etnia é construída a partir da diferença (Weber, 1994), tais como os diferentes povos indígenas: Kaingang, Xokleng e Guarani. Dessa forma, o mesmo grupo racial pode caracterizar-se como grupos étnicos diferentes, ou seja, as pessoas pertencentes ao grupo racial negro dividem-se em diferentes etnias (Nogueira; Felipe; Teruya, 2008).

Quanto a categoria relações étnico-raciais, observa-se que os sujeitos a percebem como: (1) relacionamento entre diferentes pessoas; (2) confusão conceitual; e (3) conhecimento histórico-social. Alguns sujeitos entendem que as relações étnico-raciais têm a ver como o pertencer e perceber uma determinada identidade ocorre dentro de uma sociedade. De que forma esses valores, culturas, crenças e comportamentos se apresentam e se posicionam em uma estrutura econômica, de poder, social e familiar.

Para Bayo tem relação com “*formas como essas pessoas se relacionam, lidam, né? Essas diferentes etnias, como é que elas são aceitas, né? Como é que elas constroem as coisas conjuntamente dentro dessa raça que eu entendo que é uma questão única, né?*”.

Já para Nailah significa “*a junção entre as origens e a raça*”. Muitos sujeitos caracterizam as relações étnico-raciais como a própria representação brasileira.

Shomari afirma que: “*população negra, qual seu contexto, de onde ele vem, quais são suas características, quais são seus traços, quais são suas culturas, a gente sabe que essa questão cultural, ela é muito forte, porque a etnia, ela forma isso, né, a cultura afro, a religião, a música e tal, então acho que essa relação, é isso, acho que é entender esse processo, a nossa configuração, a nossa, digamos assim, o que a gente apresenta ser, o que a gente é, mas está ligado à nossa cultura, à nossa vivência, né, a tudo que envolve esse contexto histórico, acho que é isso, assim, fortalecer nesse sentido, né*”.

Para esses sujeitos que entendem a concepção de relação étnico-raciais como um relacionamento entre diferentes pessoas é compreendido como essas diferentes raças e etnias se identificam, se relacionam e interagem dentro de um contexto social.

Outros sujeitos por meio de uma confusão conceitual afirmam que essa concepção se trata apenas de um tema/área de estudo, não possuindo nenhum tipo de conotação adjetivada. Enquanto outros sujeitos desconhecem essa concepção ou até mesmo não conseguem conceituar.

E tem alguns sujeitos que compreendem a concepção de relações étnico-raciais como um conhecimento sobre o passado para entender o futuro. Conhecer o outro para aprender a respeitar as diferenças. Um conhecimento de aspectos históricos e de constituição social para compreender a raça, a etnia e a relação existente entre elas.

Para Hawa tem a ver com “*apresentar uma cultura para o outro para conhecer e respeitar, porque tu só começa a respeitar aquilo que tu tem conhecimento do que é, porque senão é muito mais fácil desenvolver um preconceito, uma discriminação de algo que tu não conhece, algo que é diferente de ti*”.

Segundo a teoria, a concepção de relações étnico-raciais diz respeito tanto às características fenotípicas quanto a aspectos culturais, históricos e de identidade. Diante disso, o entendimento por parte dos sujeitos vai ao encontro do que preconizam os aspectos teóricos. Ao abordar a concepção das relações étnico-raciais, ultrapassa-se a dicotomia existente entre raça e etnia como concepções separadas e independentes, passando a tratá-las de forma conjunta e inter-relacionada, a fim de compreender a população negra.

O sujeito negro precisa ser entendido tanto a partir de suas características fenotípicas quanto de seus aspectos históricos, culturais e identitários. De acordo com Gomes (2010, p. 22): “são relações imersas na alteridade e construídas historicamente nos contextos de poder e das hierarquias raciais brasileiras, nos quais a raça opera como forma de classificação social, demarcação de diferenças e interpretação política e identitária”.

Além disso, nas relações étnico-raciais, os distintos grupos raciais precisam ser compreendidos a partir de uma perspectiva segundo a qual as diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial desses indivíduos a determinados grupos geram consequências nas suas condições sociais, políticas e econômicas (Verrangia; Silva, 2010; Silva, 2007).

Deste modo, de acordo com Silva (2010), compreender as relações étnico-raciais no Brasil é importante para perceber a diversidade cultural existente no país, a fim de reduzir as tensões e os conflitos entre os diferentes grupos sociais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste artigo foi compreender a concepção de raça e etnia a partir dos discursos de pesquisadores do campo das Ciências Sociais Aplicadas. A partir dos procedimentos metodológicos, observa-se que, quanto à concepção de raça, os pesquisadores a compreendem a partir de: (1) características fenotípicas; (2) confusão conceitual; e (3) construção social. Quanto à concepção de etnia, os pesquisadores a compreendem a partir de: (1) confusão conceitual; e (2) identidade e valores históricos e culturais. E, quanto à concepção de relações étnico-raciais, os pesquisadores a compreendem como: (1) relacionamento entre diferentes pessoas; (2) confusão conceitual; e (3) conhecimento histórico-social.

Dessa forma, o artigo tem como principal contribuição apresentar os discursos dos pesquisadores da área das Ciências Sociais Aplicadas por meio de um diálogo com o referencial teórico, o qual identifica que, embora se observe um aumento nas publicações de estudos sobre essa temática, assim como nas discussões no âmbito social, ainda há um desconhecimento por parte de muitos sujeitos sobre raça, etnia e relações raciais. Esse desconhecimento atravessa as práticas sociais e de trabalho, impactando o combate ao racismo e às suas múltiplas formas.

No que tange às limitações, tendo em vista o número de sujeitos entrevistados, este estudo não permite fazer generalizações sobre os resultados obtidos. No entanto, as análises e discussões realizadas são indícios das percepções de pesquisadores da área de Ciências Sociais Aplicadas

quanto à concepção de raça, etnia e relações étnico-raciais, podendo-se ampliá-las para a sociedade, considerando que a sociedade se reflete nas instituições e vice-versa.

Além disso, este estudo limitou-se a coletar dados apenas com sujeitos vinculados à pós-graduação stricto sensu de universidades públicas, ou seja, vinculados ao meio acadêmico. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros considerem profissionais de outras áreas e que atuem em organizações privadas ou públicas, para identificar se os resultados serão contrastantes ou compatíveis, além de suscitar outros achados relacionados às práticas organizacionais.

## **FINANCIAMENTO**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) - CP nº 48/2021.

## **AGRADECIMENTOS**

Os autores agradecem aos participantes da pesquisa pelo seu relato voluntário contribuindo para construção de conhecimento científico.

## **REFERÊNCIAS**

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.

ALCADIPANI, R., et al.. Making Black Lives don't Matter via Organizational Strategies to Avoid the Racial Debate: The Military Police in Brazil. **Gender, Work & Organization**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gwao.12698> Acesso em: 31 ago. 2022.

ARAÚJO, C. C. S. de; FARIA, A.; SANTOS, J. N.; SRINIVAS, N. Debatendo a escravidão negra nos estudos em gestão e organização a partir de perspectivas decoloniais e afrodiáspóricas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 3, p. e2023–0100, 2023. DOI: 10.1590/1679-395120230100. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/89319>. Acesso em: 15 maio. 2024.

ARAÚJO, C. F. S.; MELO, L. Y. B. S.; VARGAS, J. Efeitos das crises econômicas de 2014 e de 2020 sobre a população em idade ativa de cor ou raça autodeclarada preta no estado do Piauí: Effects of the 2014 and 2020 economic crises on the workers self-declared black people in the state of Piauí (Brazil). **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, [S. l.], v. 27, n. 47, p. 323–352, 2024. DOI: 10.48075/csar.v27i47.31316. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/31316>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BARBOSA, M. C. C. **Permanência de estudantes no ensino superior:** uma análise a partir das pertenças raciais' 15/12/2021 138 f. Mestrado em Psicologia. Universidade de Fortaleza, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Fortaleza.

BARBOSA, Muryatan Santana. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. **Tempo Social** [online]. 2006, v. 18, n. 2, pp. 217-228. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200011>, Acesso em: 24 jan. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Ed. rev e ampl. São Paulo: Ed. 70, 2016.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** Companhia das Letras, 2022a. Kindle.

BULGARELLI, L., et al.. LGBTIfobia no Brasil: barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização. São Paulo. **All Out e Instituto Matizes.** 2021. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/s3.allout.org/images/LGBTIfobia\\_no\\_Brasil\\_-\\_All\\_Out\\_e\\_Instituto\\_Matizes.pdf](https://s3.amazonaws.com/s3.allout.org/images/LGBTIfobia_no_Brasil_-_All_Out_e_Instituto_Matizes.pdf) Acesso em: 31 ago. 2022

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CASHMORE, Es. **Dicionário de relações étnicas e raciais.** São Paulo: Selo Negro, 2000.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300002&script=sci_arttext)> Acesso em: 19 mai. 2021.

CHAVES, E. S. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Psicologia Em Estudo**, 8(2), 29–37, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-73722003000200004> Acesso em: 15 mar. 2022.

DEVULSKY, A. **Colorismo.** Editora Jandaíra, 2021.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Anacronautas do teutonismo virtual:** uma etnografia do neonazismo na Internet. 2007. 329 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Observando o ódio:** entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane. 2018. 366 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

DJOK, A. **Colorismo,** o que é, como funciona. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/> Acesso em: 02 dez. 2022.

EUCLIDES, M. S. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias:** desafios e conquistas' 22/09/2017 254 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará. Fortaleza Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Ceará/Centro de Humanidades

EUZÉBIO, J. Direitos Humanos e a promoção da igualdade racial através das ações afirmativas. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, [S. l.], v. 23, n. 43, p. 73–87, 2022. DOI: 10.48075/csar.v23i43.27752. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/27752>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Sibelle de Jesus. **A razão negra e os direitos humanos:** as políticas internacionais contra a discriminação racial. 2017. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009a.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2009c.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995

GILROY, P. **Entre Campos: Nações, Culturas e o Fascínio da Raça.** São Paulo: Annablume, 2007.

GOMES, N. L. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, Petronilha, BARBOSA, Lúcia. (org). **O pensamento negro em educação no Brasil:** expressões do movimento negro. São Carlos: EDUFSCar, 1997.

GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, pp. 247-2683, 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 2002.

IANNI, O. **Raças e Classes no Brasil.** Editora Brasiliense, 1987.

IBGE. Censo Demográfico. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado> Acesso em: 25 abr. 2022.

JESUS, J. **As relações étnico-raciais na formação inicial dos licenciandos de ciências biológicas, química e física da Universidade Estadual de Santa Cruz - Bahia'** 23/02/2018 91 f. Mestrado em Educação em Ciências e Matemática Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus Biblioteca Depositária: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2018.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARQUES, A. J. **Políticas públicas e gestão da educação para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana:** percepções de gestores e gestoras do ministério da educação – MEC' 01/02/2010 171 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE UNB.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Antígona, 2014.

MENDES, M. M. Raça e racismo: controvérsias e ambiguidades. Vivência: **Revista de Antropologia**, 1(39), 101–123, 2012.

MENDONÇA, Francisco Weslay Oliveira. **Implicações psicossociais do preconceito e do racismo em estudantes africanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.** 2017. 171f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2017.

MUNANGA, K. **Negritude – usos e sentidos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MUNANGA, K. **Negritude – usos e sentidos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MUNANGA, K. **Redisputando a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004a.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. A. P. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004b. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> Acesso em 15 set. 2021.

NOGUEIRA, J. K.; FELIPE, D. A.; TERUYA, T. K. Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. **Fazendo gênero**, v. 8, 2008.

NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social** [online]. 2007, v. 19, n. 1, pp. 287-308. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>>. Acesso em: 02 dez. 2022.

NUNES, S. S. **Racismo contra negros**: um estudo sobre o preconceito util. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.47.2010.tde-27072010-082636. Acesso em: 2022-06-22.

OLIVEIRA, F. **Saúde da população negra**: Brasil ano 2001. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília. 2003. Recuperado de <https://www.opas.org.br/wpcontent/uploads/2015/09/0081.pdf>. Acesso: 14/04/17

PAIXÃO, M., and CARVANO, LM. Censo e demografia: a variável cor ou raça nos interior dos sistemas censitários brasileiros. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. **Raça: novas perspectivas antropológicas** [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 25-61. ISBN 978-85-232-1225-4. Available from SciELO Books.

PENA, Sérgio D. J. Humanidade sem raças? São Paulo: Publifolha, 2008.

QUEIROZ, D. M. **Raça, Gênero e Educação Superior**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, UFBA, 2001. 320 p. Disponível em: [http://www.redeacaoafirmativa. ceao.ufba.br/uploads/ufba\\_tese\\_2001\\_DMQueiroz.pdf](http://www.redeacaoafirmativa. ceao.ufba.br/uploads/ufba_tese_2001_DMQueiroz.pdf) Acesso em: 20 de mar. de 2016.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, 2, jan./jun, 1954.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do branco brasileiro. **Jornal do Comércio**, jan, 1955.

REY, F. L. G. **Pesquisa qualitativa e subjetiva**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, D. J. S. et al. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press Journal of Orthodontics** [online]. 2010, v. 15, n. 3 [Acessado 17 Agosto 2022] , pp. 121-124. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2176-94512010000300015>>. Epub 07 Jun 2010. ISSN 2177-6709. <https://doi.org/10.1590/S2176-94512010000300015>.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Fósforo, 2023.

SEYFERTH, G. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura et al. “Raça”, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SILVA, Joselina da; CARMO, Nicácia Lina. 1945/1988/1997-Cotas para negros no Brasil: uma conversa que vem de longe. **O Social em Questão**, v. 20, n. 37, p. 17-36, 2017.

SILVA, M. A. L.; SOARES, Rafael Lima Silva. Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia. **Entrelaçando—revista eletrônica de cultura e educação. Bahia**, v. 2, n. 4, p. 99-115, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, n. 3, v. 63, p. 489-506, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84806306.pdf> Acesso em: 16 de outubro de 2023.

SOUZA, N. S. **Tornar-se Negro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TERRA, Paulo Cruz; SANTOS SOUZA, Robério. Relações raciais e racismo nos mundos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1–6, 2023. DOI: 10.5007/1984-9222.2023.e97461. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/97461>. Acesso em: 21 jun. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

VEIGA, E. **Por que há tantos grupos neonazistas em Santa Catarina?** Made for minds. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/por-que-h%C3%A1-tantos-grupos-neonazistas-em-santa-catarina/a-55471079> Acesso em: 31 ago. 2022.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Cidadania, relações étnicoraciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 3, p. 705-718, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000300004> . Acesso em: 16 de outubro de 2023.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 1994. vol. 1. (P. II, cap. IV, “Relações comunitárias étnicas”, p. 269-277.)